

Estudos de historiografia linguística portuguesa

Sónia Duarte
Rogelio Ponce de León
ORGS.

Porto, FLUP, 2019

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Estudos de historiografia linguística portuguesa

ORGANIZAÇÃO: Sónia Duarte, Rogelio Ponce de León

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto

ANO DE EDIÇÃO: Impresso em maio de 2019

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 100 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 455686/19

ISBN: 978-989-54291-8-9

ISSN: 1646-1525

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UID/LIN/00022/2019».

A MEDIAÇÃO DO CASTELHANO NA TRADIÇÃO DE DESCRIÇÃO DO PLURAL EM PORTUGUÊS

RESUMO: Levada a cabo dentro de uma abordagem metodológica no quadro da historiografia linguística, este artigo analisa a descrição de um dos fenómenos em torno dos quais o castelhano alcançou maior visibilidade na tradição metalinguística portuguesa (Venâncio 2011; Duarte 2015a: 160, 162; 2016; 2017: *passim*): a formação do plural de substantivos e adjetivos terminados em ditongo nasal.

Para esse efeito, o presente estudo centra-se em textos metagramaticográficos e metaortográficos sobre o português que precedem a publicação da primeira gramática de espanhol em Portugal, a *Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes, dada á luz por Nicolau António Peixoto* (Porto 1848).

O objeto de análise não só corresponde a um fenómeno de elevada pertinência para a investigação da presença e do papel do castelhano na tradição portuguesa, como assume ainda grande relevância na história do debate ortográfico em Portugal, conforme evidenciam M.^a Filomena Gonçalves (2003: 465-466) e Rolf Kemmler (2007: 340-347), e cuja controvérsia no quadro das relações linguísticas peninsulares, como adverte Fernando Vázquez Corredoira (1998: 55, n. 89), extravasa mesmo para outras tipologias textuais, com particular relevo para a tradição apologética, da qual o mais acabado exemplo sobre esta matéria é o *Antidoto da Lingua Portueza* (Amsterdão [1710]) de António de Mello da Fonseca.

Finalmente, na linha de Duarte (2017) o presente trabalho permitirá compreender que informação objetiva, que finalidades e que percepções foram veiculadas acerca do castelhano no quadro da descrição do plural e em que medida estes dados refletem a tendência predominante de apreciação global da língua castelhana nos textos portugueses e os seus efeitos sobre o processo de gramatização do português.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia linguística; plural; ditongo nasal; português; espanhol.

ABSTRACT: Undertaken in the framework of the methodological approach of the History of Linguistics, this essay analyses the description of one of the phenomena in relation to which Spanish has achieved more visibility in Portuguese metalinguistic tradition (Venâncio 2011; Duarte 2015a: 160, 162; 2016; 2017: *passim*): plural formation of nouns and adjectives ending in nasal diphthong.

With that purpose, this paper focuses on grammatical and orthographical texts on Portuguese which precede the publishing of the first grammar of Spanish in Portugal, the *Grammatica Hespanhola para uso dos portuguezes, dada á luz por Nicolau António Peixoto* (Porto 1848).

The object of analysis not only corresponds to a highly pertinent subject concerning the investigation on the presence and the role of Spanish in the Portuguese tradition, but also acquires great relevance in the history of the orthographic debate in Portugal, as revealed by M.^a F. Gonçalves (2003: 465-466) and Rolf Kemmler (2007: 340-347), and whose controversy in the framework peninsular linguistic relations, as noticed by Fernando Vázquez Corredoira (1998: 55, n. 89), also covers other textual typologies, with special reference to the apologetic tradition, from which the most perfect example on this subject is the *Antidoto da Lingua Portugueza* (Amsterdão [1710]) of António de Mello da Fonseca.

At last, as in Duarte (2017), this paper will allow to understand which objective information, which aims and which perceptions have been diffused concerning Spanish on the specific topic of plural formation and to which extent these data reflect the predominant view on the global evaluation of Spanish language on Portuguese texts and its effects on the process of “grammatization” of Portuguese.

KEYWORDS: History of Linguistics; plural; nasal diphthong; Portuguese; Spanish.

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Um dos temas de maior presença e controvérsia na tradição metalinguística portuguesa é o da representação gráfica do ditongo nasal, como já foi evidenciado por autores como Gonçalves (2003: 465-466) e Kemmler (2007: 340-347). O *Antidoto da Lingua Portugueza* (Amsterdão [1710]) de Antonio de Mello da Fonseca (pseudónimo de José de Macedo) – uma obra de 426 páginas, dedicada fundamentalmente a defender a eliminação da

grafia <ão> – corresponde a um dos testemunhos mais ilustrativos deste debate e da sua importância¹. O texto não faz, contudo, parte do corpus deste trabalho, já que aqui apenas se trata de textos metagramaticográficos e metaortográficos, enquanto que o de Macedo pertence à tradição apologética. Contudo, a referida obra merece uma referência especial, dado que exemplifica e dá conta da discussão que em torno do ditongo nasal se desenvolveu e que frequentemente, e até mesmo num quadro de apologia e afirmação do português perante o castelhano, reconhece nesta questão certa inferioridade do português:

Eu nunca me descontentei tanto da nossa Lingua, como se descontentaõ muitos grammaticos, que affirmaõ temerariamente, que ella he muito peor que a Castelhana, sendo tal a ignorancia, de que nelles procede esta affirmação, que o mais que dizem, se saõ examinados os fundamentos della, he sò, que a grande frequencia, com que usamos do ditongo *aõ*, faz a nossa Lingua mui tosca e mui grosseira. Isto confesso, que nunca nella me pareceu bem; mas nem basta, para que eu a julgue inferior a alguma das vulgares, nem cuido, como o cuidaõ geralmente todos os Portuguezes, que he irremediavel este defeito; e por isso me resolvi a declarar aqui, qual me parece, que pode ser o remedio delle (Fonseca [1710]: [V-VI]).

Sendo frequente esta apreciação vantajosa da solução castelhana para o nosso ditongo nasal, também o é o recurso ao sistema de funcionamento do castelhano como referente para a exposição e interiorização das regras de formação do plural em palavras terminadas no referido ditongo, embora a relação entre estas duas circunstâncias não seja clara. Daí que neste trabalho se opte por uma abordagem centrada sobre o papel do castelhano na descrição deste fenómeno na tradição portuguesa que precede o desenvolvimento, em território português, de uma tradição consistente de materiais metalinguísticos sobre o espanhol². Reforçam ainda esta opção duas situações:

¹ Dentro da particular linha de análise empreendida neste estudo, concretamente sobre o tratamento do castelhano em parte da referida obra de José de Macedo (o capítulo III, “Comparase a nossa lingua com a Castelhana em algumas meudezas”), cf. Duarte (2015a).

² O equacionamento da situação do castelhano em Portugal e do estado da sua gramatização em território português são aqui assumidos como relevantes para compreender a presença (tanto quantitativa, como qualitativamente) da língua castelhana na descrição do português. Essa é já a ideia que se defende em (Duarte 2017), sendo que o *corpus* de referência e balizas cronológicas deste trabalho coincidem com o desse estudo, onde se afirma que, independentemente de variações ao longo do tempo, “a lo largo del marco cronológico establecido, tanto la gramaticografía como la ortografía portuguesas, no obstante su complejidad y pluralidad, dan muestras de no haber superado totalmente ni las percepciones asociadas a un contexto original de diglosia, ni la estrategia argumentativa que define el marco teórico de la cuestión de la lengua en Portugal” (Duarte 2017: 364). Aí se conclui igualmente que, no *corpus* em estudo, o castelhano “está presente y su presencia (e incluso puede que su omisión) son en muchos casos muy significativas desde el punto de vista de su papel en la gramatización del portugués” (Duarte 2017: 364).

i) a constatação de que, no quadro das escassas referências explícitas ao castelhano no conjunto de tradição em estudo, é precisamente a propósito do ditongo nasal que se encontram a maior parte dessas referências, conforme está demonstrado em Duarte (2016: 317, 321; 2017: *passim*), e sendo que, por vezes, como aqui se verá, essa alusão constitui mesmo a única referência ao castelhano.

ii) a percepção de que essas referências, tanto em geral como relativamente a este fenómeno em concreto, não só não são inócuas, como revelam um quadro relacional que tão-pouco o é e que autores como M.^a Clara Paixão de Sousa (2004), Venâncio (2011) e Duarte (2017) interpretaram numa lógica de identificação ou diferenciação, a qual se procurará aqui relacionar com o modelo teórico descrito conceptualmente por Luciana Stegagno-Picchio (1959) e M.^a Leonor Carvalhão Buescu (1983) para as relações linguísticas peninsulares como “a questão da língua em Portugal”:

[...] O binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva duma *praxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem. O do predomínio de uma língua competitiva, forma de expressão de uma nação de algum modo rival –em termos objectivos mais poderosa– no plano político interno e também no plano duma política expansionista e imperial (Buescu, 1983, 225).

De facto, para Sousa, a relevância deste fenómeno num quadro temporal que é, precisamente, o que mais é afetado pelo enquadramento teórico anteriormente descrito, só é cabalmente compreendida quando perspetivada no contexto ibérico:

[...] Em uma perspetiva estritamente interna ou estrutural, a realização das nasais não é um fato central para o sistema da língua; no entanto ela é central na discussão da grafia nos quinhentos e seiscentos – não por sua importância interna, mas porque representa uma *característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico* (Sousa 2004: 312).

Será de precisar ainda que, para autores como Venâncio (2011: 88) ou Duarte (2015b: 83-84, 85-86, 90), esse mesmo contexto ibérico – e muito concretamente no que à descrição do ditongo nasal diz respeito – não se restringe à relação dual luso-castelhana, mas antes configura um trinómio que abarca também o galego, o qual, de acordo com Fernando Vázquez Corredoira, assume nesta dinâmica o valor de “exemplo *a contrario*”: “o galego desempenha em certos casos explicitamente o papel de uma sorte de *referente negativo ou de exemplo ao contrario* para o português” (Vázquez Corredoira 1998: 10). No âmbito específico da formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal, essa será, contudo, uma questão marginal.

Efetivamente, como ficou anteriormente exposto, no presente trabalho, o foco neste fenómeno não se orientará propriamente para a polémica da representação

ortográfica em si (onde a aproximação ao galego é mais relevante), mas para a descrição da formação do plural (também tratada, embora não de forma exclusiva, em Venâncio (2011: 91-94)). Como já ficou dito e como se evidencia em Duarte (2017: 327-328, 345-348), o tratamento do plural corresponde ao contexto maioritário de abordagem do ditongo nasal no qual se dão as referências ao castelhano e a análise dessas mesmas referências permite descortinar uma estratégia didática de descrição das regras do português assente em facilitar a sua assimilação através das regras do castelhano.

Assim, seguidamente, tendo por referência o corpus estabelecido em Duarte (2017: 367-374) e numa abordagem a partir da Historiografia Linguística, procurar-se-á levar a cabo uma aproximação aos textos para expor o modo como eles refletem essa estratégia, como se posicionam face a ela e, por extensão, à própria língua castelhana, e ainda como tais dados evoluem ao longo do tempo.

2 – EVOLUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

[...] Dizemos, *semelhança*, dizem elles, *semejança*”
(Pereira 1666: 56).

Em conformidade com o que Gonçalves (2010: 340) apresenta como uma “incipiente tradición contrastiva” existente na tradição metalinguística portuguesa a respeito do castelhano, tal como se ilustra na epígrafe de Bento Pereira, o recurso discursivo ao *nós dizemos / eles dizem* afigura-se como uma estratégia frequente cujo valor oscila entre a diferenciação e a identificação entre as duas línguas, e, por vezes, acumula mesmo os dois sentidos, quando, por exemplo, expõe as diferenças enquadradas como correspondências regulares de resultados diferentes da evolução do latim para o vulgar. É o que se irá observar aqui também a respeito dos plurais de palavras terminadas em ditongo nasal. Neste contexto específico, tal como, aliás, em geral, tal recurso contrastivo irá sendo cada vez menos frequente, sendo substituído por outras soluções e acabando praticamente por desaparecer da tradição de descrição do português como língua materna³, para ficar confinado aos materiais destinados ao ensino do português como língua estrangeira a falantes de espanhol. Sirva de exemplo a seguinte citação, do manual de Ana Cristina Dias:

³ Fernando Venâncio (2011: 93) situa em 1952, um dos mais tardios vestígios desta estratégia em gramáticas de português de Portugal.

Existe alguma equivalência entre as terminações portuguesas **-ãos, -ões** e **--ães** e as terminações espanholas **-anos, -ones, -anes**.

Exemplos: mãos (*esp.* manos); leões (*esp.* leones); alemães (*esp.* alemanes) (Dias 2012: 203).

Nas próximas páginas, recuaremos aos primeiros vestígios dessa estratégia para procurar acompanhar a sua evolução até ao termo do horizonte cronológico definido: meados do século XIX.

2.1 – Século XVI

É no século XVI que, como é do conhecimento geral, se inicia o processo de gramatização do português. Desde esse primeiro momento que se assiste ao recurso ao castelhano como referência auxiliar na apresentação e interiorização das regras de formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal. Embora não haja a registar informação a respeito da matéria em questão na única gramática de língua materna publicada durante este período⁴, deve ser sublinhada a importância do texto de Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (Lisboa 1576), não só pelos dados que contém, mas, sobretudo, pelo facto de, no que concerne à matéria concreta deste estudo, se instituir como uma referência para toda a tradição posterior, como, aliás, a seu tempo, aqui se tornará evidente.

[...]E tenham esta regra: ç vejam esse nome acabado em .ão. como acaba acerca dos Castelhanos no singular. Porque se acaba em .an. faz o plural acerca d'elles em ,anes, como: capitán, capitanes, gavilán, gavilanes, Aleman, Alemanes. E assi forma sempre, sem excepção algũa, o Portugues o singular em .ão- & o plural em –ães. dizendo de capitão, capitães, de gavião, gaviães, de Alemão Alemães: & assi os mais.

Mas se acerca dos Castelhanos, o singular que o Portugues forma em .ão. se forma em ano, como villano, ciudadano, aldeano, de que elles formão o seu plural em ,anos, o nosso plural seraa em ,ãos. E assi como elles dizem, villano, villanos, ciudadano, ciudadanos, aldeano, aldeanos. diremos nos, villãos, cidadãos, aldeãos.

Mas se o singular acerca dos Castelhanos he ã .on. será nosso em .ões. Eassi como elles dizẽ sermon, sermones, opinion, opiniones, coração, corações, assi diremos nos sermão, sermões, opinião, opiniões, coração, corações. Porç nisto, & ã muitas cousas outras que por brevidade deixo, tẽ respecto, & correspõdencia a lingoa Portuguesa aa Castelhana. D'onde vem, que dizemos por o seu, can, canes, cão, cães: & por o seu cano, canos, cão, cães.

Porẽ se os vocabulos em .ão, são meros Portugueses, ou commũus a outras lingoas, & os não há em Castelhamo, sempre se acabará a voz do plural em .ões. como patacão, patacões, tecelão, tecelões, folião, foliões. Porque se tẽ nisto respecto, que as palavras, que se agora acabão na lingoa Portuguesa em .ão. se acabavão todas antigamente em .om. como acima sta dicto. E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficarão fora das dictas regras, taballiães, & scrivães, que por a dicta analogia, houeraõ de fazer, taballiões, & scrivãos. E

⁴ Em relação ao panorama metagramaticográfico do século XVI, é conveniente advertir que, para efeitos deste estudo, e por razões que se explicitam noutra lugar (Duarte 2017: 11-12), a *Grammatica da Lingoaem Portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira não se ajusta rigorosamente à noção de gramática aqui assumida, pelo que não foi considerada para análise.

tãbem ficão fora desta regra estes indifferentes, cidadãos, & cidadões, de cidadão, villãos, & villões, de vilão (Leão 1576: 30r-30v).

Do anteriormente exposto, deve ser destacado o facto de Leão recomendar expressamente o recurso contrastivo às regras do castelhano (“e tenham esta regra”), assim como de esse recurso aparecer justificado pela “correspondencia” sistemática observada entre as regras das duas línguas.

2.2 – Século XVII

Não sendo publicado qualquer tratado gramatical durante este período, é na tradição metaortográfica que a análise se tem de concentrar. Dos tratados publicados, o primeiro que oferece informação a respeito do tema em estudo é *Orthographia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (Lisboa 1631) de Álvaro Ferreira de Vera.

Todas as vezes que na lingua Portuguêsa acabar qualquer nome em, ão, avendo duvida no formar do plural, vejase como se termina na lingua Castellhana: porque se acaba em an, faz o plural (acerca dos Castelhanos) em anes: como capitán, capitanes; gavilan, gavilanes; Aleman, Alemanes. E assi forma sempre sem exceção algũa o Português singular em, ão & o plural em, ães; como, de capitão, capitães gavião, gaviães; Alemão, Alemães.

Mas se acerca dos Castelhanos o singular, que os Portugêses acabão em, ão, elles formão em, ano, como villano, ciudadano, aldeano, de que elles formão o seu plural em, anos; o nosso plural será em, ãos: & assi como elles dizem, villano, villanos, ciudadanos, aldeanos; diremos nos, cidadãos, aldeãos, villãos: & se o singular acerca dos mesmos Castelhanos for em, on será o nosso plural em, ões; como sermon, opinion, coração, de que dizem, opiniones, sermones, corações; diremos nos, sermão, sermões; coração, corações; opinião, opiniões. Porque nisto, & em outras cousas, que por brevidade deixo, tem respeito, & correspondencia a lingua Portuguêsa à Castellhana (Vera 1631: 25v-26r).

Como deixa transparecer o recurso ao imperativo “vejase”, também Vera, no texto acima citado, recomenda o confronto com as regras do plural em espanhol a fim de esclarecer as dúvidas que se possam colocar acerca do português (“avendo duvida no formar do plural”). Esta última nota acerca da dificuldade que se levanta no português relativamente a esta questão, por oposição à sistematicidade do espanhol é também um traço que há a destacar no discurso sobre a formação do plural nestes casos. É precisamente essa sistematicidade que, por sua vez, permite aplicar sistematicamente (“sem exceção algũa”) esta estratégia de correspondência com o castelhano, conferindo-lhe eficácia. Note-se, ainda, que a passagem encontrada em Vera, segue muito de perto a de Leão, tanto no que se refere à redação, como aos próprios exemplos.

O segundo dos dois tratados ortográficos a servir-se do castelhano para o efeito aqui estudado é a *Ortografia da Língua Portuguesa* (Lisboa 1671) de João Franco Barreto.

He o mays frequente de nossa lingua, & sobre que ha varias opiniões; a minha he, que para o acertarmosnòs guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocabulos, que elle [sic] acabarem ãe ano, anos, acabaremos nós ãe ão, aões; Dizẽ elles, cano, ciudadano, aldeano, mano, vano, sano, vilhano, & no plural, canos, ciudadanos, aldeanos, manos, vanos, sanos; diremos nós cão, cidadão, aldeão, mão, vão, são, villão; & no plural, caõs, cidadãos, aldeãos, mãos, vaõs, saõs, & outros semelhãtes (Barreto 1671: 100).

Nelle devem acabar todos os pluraes dos nomes, que nós acabamos ãe ã, & os Castelhanos ãe on, porque estas duas linguas, como originadas da Latina, são analogicas: & assi de coraçã, cordã, opiniã, roupã, quinhã, sermã, que elles dizem coraçõn, cordon, opinion, ropon, quinhon, sermon, diremos coraçõdes, cordõdes, opiniõdes, roupoẽs, quinhõdes, sermõdes: & assi diremos calções, tostões, porquanto elles dizem calçõnes, tostones [...]” (Barreto 1671: 104-105).

Os pluraes mays dificultozos de nossa lingua são os que vẽ de singulares, que soam ãe am; nos quaes se embaraçã muytos, que cuydam sabem de ortografia, porque tẽ diversas terminações; & para acertar nellas he muyto proveytoso, & necessario ter bastante conhecimento da lingua Castelhana, pola grande correspondencia, que a nossa tẽ, cõ ella. E assi os pluraes, que elles acabam ãe anes, nós os acabaremos ãe ães; como de Capitãnes Capitães, de Alemanes, Alemães, canes, cães, gavilanes, gaviães, panes, pães, &c. Os pluraes que elles acabam ãe ones, acabaremos nós ãe ões; como de sermones, sermões, opiniones, opiniões, corazones, coraçõdes, tostones, tostões, equadrones, esquadrões, &c. E assi acabaremos os nomes, que soando ãe am, forẽ meramente Portuguezes, como telcões, foliões, travões, de tecelã, foliã, travã; só tiraremos tabaliões de tabaliã Os nomes que elles acabam ãe ano, nós acabaremos ãe ãos, como de cortezãnos, cortezãos, ciudadanos, cidadãos, aldeãnos, aldeãos, Cristianos, Cristãos, hermanos, irmãos, sanos, sãos, vamos, vãos, manos, mãos, pagãnos, pagãos, zanganos, zangãos; mãs de villãnos diremos villões, de escrivãnos, escrivães, ou escrivões, & de franganos, frangãos (Barreto 1671: 192).

A primeira questão que cabe salientar é número de vezes que a questão é tratada em Barreto, mas, por outro lado, tal talvez não deva ser desligado do facto de a extensão desta obra ser significativamente maior que a dos tratados precedentes.

É claramente mais importante dar atenção ao conteúdo dessas passagens, nas quais Barreto recomenda expressamente o recurso ao castelhano (“a minha [opinião] he, que para o acertarmosnòs guiaremos pela lingua Castelhana”), justificando essa recomendação a partir da correspondência regular de resultados observáveis no processo de evolução de cada uma destas línguas a partir de uma origem comum (“porque estas duas linguas, como originadas da Latina, são analogicas”).

Perpassam ainda estas passagens notas acerca das divergências sobre a melhor forma de expor as regras do português neste âmbito (“sobre que ha varias opiniões”), assim como acerca da dificuldade inerente à questão em análise (“Os pluraes mays dificultozos de nossa lingua”) ou ainda acerca da utilidade de um sólido conhecimento do castelhano para interiorização destas regras (“para acertar nellas he muyto proveytoso, & necessario ter

bastante conhecimento da língua Castelhana”). Sublinhe-se especialmente esta última, dado que esta mesma ideia será a pedra de toque na evolução da presença desta estratégia e posicionamento face a ela no discurso metalinguístico sobre o português.

Finalmente, como já foi sustentado por R. Kemmler (2001: 197-198) e M.^a F. Gonçalves (2003: 874), a obra de Barreto pode ser encarada como uma reação e, em muitos casos, uma censura à de Leão, o que é especialmente notório no apartado final intitulado “Regras Geraes da Orthografia Portugueza per o Licenciado Duarte Nunez, cõ a reposta do Autor á margem” (Barreto 1671: 230-264), no qual se reproduz o texto de Leão com os comentários de Barreto. Contudo, em relação especificamente à matéria aqui tratada, não manifesta discordância de Leão.

2.3 – Século XVIII

É no século XVIII, que, pela primeira vez, em tratados gramaticais do português, surge informação acerca do papel do castelhano na exposição das regras do plural. O primeiro desses tratados é publicado já bem avançado o século: *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma* (Lisboa 1783) de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. O facto de tal acontecer tão tardiamente explica que o texto seja já um reflexo de uma mudança que entretanto se tinha manifestado no discurso ortográfico, como adiante se verá. De facto, o autor desta obra não só não recomenda a estratégia sobre a qual aqui nos debruçamos, como ainda põe em causa a tradição portuguesa precedente, por nela se apoiar e conferir maior autoridade a uma língua que, na sua opinião, não a merece, considerando o argumento da menor antiguidade do processo de gramatização da mesma quando confrontado com o da maior antiguidade da própria língua portuguesa⁵. É o que se pode ler numa anotação marginal à sua exposição sobre esta matéria, na qual apresenta o plural em <-ões> como regra geral para este ditongo, apresentando os plurais em <-ães> e <-ãos > como exceções, sendo que alguns casos apresentariam um plural regular (em <-ões>) e outro irregular.

⁵ Como se expõe em Duarte (2017: 232), o autor cruza estrategicamente critérios diferentes e, também estrategicamente, recorre Antonio de Nebrija, o gramático do castelhano de maior projeção até ao século XVIII para conferir autoridade à tese de que só em 1492 se inicia o processo de gramatização do castelhano. Com efeito, em Nebrija pode ler-se que “ésta [la lengua castellana], hasta nuestra edad, anduvo suelta y fuera de regla [...]” (Nebrija 2011 [1492]: 8). Contudo, se em vez da antiguidade de la língua, tivesse considerado para o português a data de publicação dos primeiros textos ortográficos ou gramaticográficos da tradição nacional, a sua posição perderia validade já que, em ambos os casos a tradição portuguesa é posterior a 1492: Barros, 1540 (ou mesmo Oliveira, 1536) para a gramaticografia; Gândavo, 1574, para a ortografia).

[os que vao em gr[if]o] tambem se açhão em ões a)]. a) Principalmente antes de Barrêto &c., que concorrerão para as sobreditas excepçoens, querendo regular a nossa antiquissima lingua pella Castelhana, que nao teve regras antes de Nebrixa como este confessa Prol. d. Art. d. Ling. Castelh. (Bacelar 1783: 27, n a).

O segundo é último tratado gramatical a recolher dados a este respeito é *Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza* (Porto 1792) de João Joaquim Casimiro, onde o gramático retoma o castelhano como referente, em jeito de paralelo contrastivo, para exposição das regras do plural:

(d) Os nossos nomes acabados em *ão* tem certa origem Castelhana: os que em Castelhana acabarem em *ano* no S. e no PL. em *anos*, nós os formaremos no PL. acrescentando-lhes o *s*, como *Cidadanos*; nós diremos Cidadãos: os que no Castelhana acabarem em *an*, nós os formaremos no PL. mudando o *o* em *ens*, como *Capitan*, nós diremos Capitaens: os que acabarem em *on*, nós lhe formaremos o PL. mudando o *ão* em *oens*, como *Acçion*, nós diremos Acçoens (Casimiro 1792: 11, n. (d)).

Reveste-se de especial interesse a noção de “origem” aqui presente, dado que parece, à primeira vista, apontar ou bem para a precedência do processo de gramatização do plural em castelhano sobre o correspondente processo em português, ou bem para a reprodução do modelo castelhano por parte da gramática portuguesa, ou ainda para a origem latina do paradigma das regras de plural para estes casos. Esta última é uma hipótese que ganha força a partir da leitura do termo que com mais clareza surge num texto coevo, de que se tratará mais adiante (Coutinho 1824 [1811?]: 16, n. 8).

Relativamente aos tratados ortográficos, já na década de trinta, João de Moraes Madureira Feijó, na sua *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza* (Lisboa 1734), recomendava recorrer às regras do castelhano para não errar nas regras do português:

Os nomes Portuguezes, que no plural causaõ mais duvida na sua orthografia, são os que no singular acabaõ em *am*; porque huns fazem no plural em *aês*, outros em *aõs*, e outros em *oês*, como *Capitaõ Capitaês: Cidadam Cidadaõs: Esquadram Esquadroês*. E para esta differença não ha regra certa nos Auctores. Mas conforme o que tenho observado, e observou tambem Joaõ Franco Barreto na sua orthografia, so os nomes Castelhanos saõ a regra mais propria para acertarmos com a diversidade destas terminaçoens, como veremos nestas tres.

249 Primeira regra: Todos os nomes que na lingua Castelhana acabaõ no singular em *an*, e no plural em *anes*, acabaõ na nossa lingua em *aês*; porque os Castelhanos dizem: *Aleman Alemanes, Capitan Capitanes, Can Canes, Pan Panes*, e outros semelhantes. E nós dizemos: *Alemam Alemaês, Capitam Capitaês, Caõ Caês, Paõ Paês &c.*

250 Segunda regra: Todos os nomes que no Castelhana acabaõ em *ano* no singular, e no plural em *anos*, acabamos nós em *aõs*; porque elles dizem: *Ciudadano Ciudadanos, Cortesano Cortesanos Christiano Christianos, Villano Villanos, &c.* E nós dizemos: *Cidadaõs, Cortesaõs, Christaõs, Villaõs*; e os que dizem o contrario usaõ.

251 Terceira regra: Todos os nomes, que no Castelhana acabaõ em *on* no singular, e no plural em *ones*, acabamos nós em *oês*; porque se elles dizem: *Calçon Calçones, Esquadron*

Esquadrones, Padron Padrones, Toston Tostones, Trovon Trovones &c. Nós dizemos *Calçoês, Esquadroês, Padroês, Tostoês, Trovoês &c.* Quem não souber a lingua Castelhana para estas diferenças, observe a lição dos livros (Feijó 1734: 117-118).

Desta passagem há a reter vários aspectos:

- o reconhecimento da dificuldade do fenómeno em estudo (“causaõ mais duvida”);
- a nota sobre a insuficiência da tradição precedente (“não ha regra certa nos Auctores”);
- o posicionamento relativamente a essa mesma tradição e a sintonia explícita com a proposta de João Franco Barreto (“o que tenho observado, e observou tambem Joaõ Franco Barreto”);
- a gradação da eficácia da estratégia proposta (“so os nomes Castelhanos saõ a regra mais propria”);
- a admissão de constrangimentos a essa mesma eficácia (“quem não souber a lingua Castelhana”);
- a sugestão de soluções alternativas (“a lição dos livros”).

Torna-se particularmente importante refletir aqui sobre o sentido dos dois últimos pontos, já que apontam precisamente para a mudança de discurso e de estratégia que aqui se pretende registar, já que o seu equacionamento denuncia uma transformação na situação sociolinguística do castelhano em Portugal: de língua de prestígio num contexto de diglossia durante o século XVI e XVII, a língua secundarizada pelo francês no século XVIII. Embora já em Barreto se levantasse a questão do conhecimento do castelhano (como uma vantagem), o que se levanta agora em Feijó é a questão do desconhecimento (como uma desvantagem). E igualmente importante é que, perante tal reserva, é aqui, em Feijó, que precisamente começam a esboçar-se, dentro deste *corpus*, estratégias alternativas, embora neste caso a sua formulação não seja clara de todo.

Já na segunda metade do século, Luis do Monte Carmelo, no seu *Compendio de Orthografia* (Lisboa 1767) retoma o paralelismo com as regras do plural em castelhano, embora com alguma nota de singularidade.

15. Os *Nomes* terminados em *am*, ou *ão* (Eu uso do primeiro *Caso*, porque hoje assim proferem os mais doutos, ao menos na conversaçã expedita, em que nam se-toca a ultima Letra *o*, e muito menos nos Verbos; mas nam reprovo o uso de *ão*.) tem grande diversidade nos *Casos* do plural. A *Regra* de todos os *Orthógrafos* consiste na imitação do *Idiotismo* Castelhana; e para distinguir delle o nosso, usamos da Letra *m* pronunciada levisssimamente com a *Vogal* antecedente, em lugar do *n dos* Hespanhões; e este nosso *m*, he, o que suprimos com hum *Til*, assim como em *Hũa, Hũas; Algũa, Algũas; Nenhũa, Nenhũas* (Carmelo 1767: 18).

Na sua exposição, o autor reconhece que tal estratégia se encontra largamente generalizada (“a Regra de todos os Orthógrafos”) e não deixa de a apontar, contudo, investe principalmente na listagem de formas de plural

com a respetiva listagem de exceções (Carmelo 1767: 20-21), e também não negligencia outros referentes, como o latim, para superar a dificuldade desta matéria, à qual Carmelo alude igualmente (“tem grande diversidade”).

21. Alguns também dizem *Ermitãos*, e *Tabelliões*, porque este Nome em Latim he *Tabelliones*; e os Castelhanos (se me nam engano) dizem *Ermitanos*, *Tabeliones*; e por isso podiam pertencer para os *Nomes*, que no plural se-terminâm em *ãos*, *ões*, senam resisitise o uso moderno da Côrte, que deve seguir-se (Carmelo 1767: 19-20).

Em Carmelo há, finalmente, que apontar ainda duas ideias:

i) uma referência à intencionalidade na diferenciação do uso espanhol (“para distinguir delle o nosso”), que, à luz do quadro teórico de referência deste trabalho, pode ser especialmente significativa;

ii) um tom de dúvida acerca das formas de plural em castelhano (“se me nam engano”), o qual, reforça a perceção de que, a partir do século XVIII, a tradição metalinguística dá conta de uma mudança na autoperceção de um elevado conhecimento do castelhano até aí sustentada no mesmo contexto.

A mudança no discurso acontece de forma mais acabada em João Pinheiro Freire da Cunha, no seu *Breve Tratado da Orthographia* (Lisboa 1769), publicado sob o pseudónimo de Domingos Dionísio Duarte Daniel. Com efeito, em resultado do grau de desconhecimento do mesmo que, entretanto, se tinha instalado na sociedade portuguesa da época e, particularmente, entre os destinatários concretos deste texto (“o povo menos instruído”, como se lê no título completo da obra), esta obra invalida a estratégia de paralelismo com o castelhano, com a qual o autor identifica a generalidade da tradição. Em seu lugar, o ortógrafo preconiza o *uso* como paradigma de referência.

Só o uzo he verdadeiro Mestre desta variaçãõ; porque as poucas regras que se assignaõ, dependem do conhecimento da lingua Castelhana, que facilmente naõ haverá [...] (Cunha 1769: 16).

2.4 – Século XIX

É, mais uma vez, nas ortografias que primeiro se encontram notas a respeito da evolução da estratégia em estudo. A primeira surge em Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, nas *Noções sobre a Ortografia da Lingua Portuguesa* (Lisboa 1807).

Alguns Autores tem observado que pela maior parte os nomes que no idioma castelhano acabão em *ano* tem entre nós o plural em *aõs* como *vano villano sano hermano organo* &c, os que acabão em *on* tem entre nós o plural em *oês* como *pregon oracion boton gloton perdon*, os que acabão em *an* tem entre nós o plural em *aês* como *can rufian pan dean capitan* &c (Sousa 1807: 50, n. 93).

Aqui o autor limita-se a dar conta da existência de uma tradição a este respeito (“Alguns Autores”) e em registar esta estratégia: não toma partido relativamente à mesma, nem à tradição que a sustenta.

Já Joaquim José Ventura da Silva, na sua *Orthographia da Lingua Portugueza, reduzida a regras geraes e especiaes, etc. com um appendice, e um novo methodo de ensinar e aprender a ler o portuguez* (Lisboa 1834), recomenda o recurso ao castelhano explicitamente e com veemência (“só pôde servir de regra os Nomes Castelhanos”), não obstante o reconhecimento de limitações relacionadas com o grau de domínio do castelhano (“depende do conhecimento da lingua Castelhana”), o que leva o autor a oferecer como alternativa o recurso a uma listagem de resultados.

Para acertarmos com a diversidade das referidas terminações, só pôde servir de regra os Nomes Castelhanos, como mostramos nas seguintes.

1.^a Os Nomes, que na lingua Castelhana acabão no Singular em *ano*, e no Plural em *-anos*; na nossa lingua acabão em *ãos*, v. g.: *Ciudadano Ciudadanos; Cortesano Cortesanos, &c.* e nós escrevemos *Cidadão Cidadãos, Cortezão Cortezãos, &c.*

2.^a Os Nomes que no Castelhana, terminão no Singular em *an*, e no Plural em *anes*; terminão no Portuguez em *ães*, v. g.: *Capitan capitanes; Can Canes*, e nós dizemos *Capitão Capitães, Cão Cães, &c.*

3.^a Todos os Nomes que na lingua Castelhana fenecem no Singular em *on*, e no Plural em *ones*; fenecem na Portugueza em *ões*, v. g.; *Calçon Calções; Esquadron, Esquadrones*, e em Portuguez *Calção Calções; Esquadrão Esquadrões, &c.*

326. Porém como a observancia das precedentes regras, depende do conhecimento da lingua Castelhana, e nem todos o tem, por isso aqui vão por ordem Alfabética todos os Nomes, que pude ajuntar das tres dīveras Terminações, para deste modo evitar a dūvida, a quem a tiver (Silva 1834: 122).

No que se refere às gramáticas, há que começar pelo bem conhecido texto de Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (Lisboa 1822). A proposta de Barbosa reproduz – e assume explicitamente essa referência –, as regras estabelecidas por Duarte Nunes de Leão⁶ para a formação do plural dos substantivos terminados em ditongo nasal.

A regra, que dá Duarte Nunes de Leão para conhecermos, quando havemos de dar aos nomes em *ão* um ou outro plural, é; que, como á nossa terminação em *ão* correspondem tres na Lingua Castelhana, a saber *ano*, *on*, e *an*; a primeira faz o plural em *ão*, a segunda em *õe*, e a terceira em *õe*, como *mano manos* em Castelhana, *mão mãos* em Portuguez, *oracion oraciones* em Castelhana, *oração orações* em Portuguez, *capitan capitanes* em Castelhana, *capitão capitães* em Portuguez.

Porém a não querer recorrer á origem Castelhana (o que nem todos podem fazer); o mais commum e ordinario ás terminações do singular em *ão* é mudarem este ditongo em *õe* no

⁶ Consultada por Barbosa na edição de 1784, como deduz S. Coelho (2013: 696, n. 135) a partir da referencia a edição conjunta da *Orthographia* (1576) e da *Origem* (1606) (J. S. Barbosa 2013 [1822]: 558 [330]).

plural acrescentando- lhe o *s* final, como *acção acções, lição lições, tostão tostões*. Esta é a regra mais geral.

Della se podem exceptuar os nomes Portuguezes em *ão*, que em Castelhana acabam em *an*, que fazem no plural em *ães*, como *alemão alemães, capellão capellães, escrivão escrivães, tabellião tabelliães, pão pães, cão cães*, e poucos mais: e também os que em Castelhana acabam em *ano*, que fazem no plural em *ãos*, como *cristão cristãos, cortesão cortesãos, grão grãos, irmão irmãos, mão mãos, orfão orfãos, orgão orgãos*, e poucos mais. Os nomes *benção, cidadão, e villão*, podem fazer de ambos os modos: *benções*, ou *bençãos, cidadãos, ou cidadãos, villões, ou villãos* (Barbosa 2013 [1822]: 363-364 [135-136]).

Não obstante, a exposição de Barbosa introduz variações que a distinguem da de Leão, nomeadamente a possibilidade de limitações a esta proposta introduzidas pelas formas verbais “querer” e “poder”. À luz de uma tradição que denuncia certa predisposição negativa relativamente a assumir o castelhano como modelo, não se deve descartar, o facto de o verbo “querer” ser relativo aos falantes e à sua recusa consciente em não se guiar pelas regras do castelhano. Contudo, a redacção parece apontar noutro sentido, já que o verbo “poder” surge em contexto parentético, podendo ser lido como expressão de distância face ao contexto teórico e histórico político que suporta essa tradição, bem como explicação do segmento precedente. Nessa linha de leitura, o gramático teria em mente não a recusa dos falantes, mas sim a opção dos gramáticos que para aqueles escrevem sobre estas regras. Esta leitura parece mais consentânea com a distância que na época de Barbosa existia já face ao contexto teórico e histórico político que suporta a tradição antes referida.

Outra questão que importa pôr em evidência a partir do fragmento anterior é a solução que Barbosa oferece perante o reconhecimento dessas limitações, a saber, a generalização da transformação de <-ão> em <-ões> articulada com uma listagem de exceções.

Também em *Resumo de Grammatica e Orthographia da Lingua Portuguesa* (Lisboa 1824 [1811?]⁷) de Luís Gonçalves Coutinho encontramos recurso à estratégia em estudo, sendo que essa é mesmo a única referência ao castellano que se pode encontrar em todo o texto:

Os Nomes, que no nosso Idioma tem a terminação em *ão*, trazem certa origem do Hespanhol; e das terminações dos seus Nomes, que no Plural acabarem em *anes, anos, e ones*, he que no nosso Idioma perdendo o *n*, e levando por cima das duas Vogaes, que ficão, o *til*, se fôrmo as nossas terminações *ães,ãos, ões*, como: das palavras Hespanholas *Capitães, Cidadanos, Melones*; e nós diremos *Capitães, Cidadãos, Melões*, etc. (Coutinho 1824 [1811?]: 16, n. 8).

⁷ Como se explica em Duarte (2017: 276), *Resumo orthographico da lingua portugueza* (Lisboa 1811) parece corresponder à primeira edição desta obra.

Note-se que, tal como está formulada esta passagem, ela recorda-nos a obra de Casimiro (1792: 11, n (d)). Com efeito, também aqui há referência à noção de *origem*, a qual, em Coutinho, aparece ainda associada explicitamente a processos de evolução histórica da língua (síncope de “n” e atribuição do traço de nasalidade), tornando-se mais clara a leitura que aqui assume o termo “origem”.

Jaulino Lopes Arneiro, na *Grammatica Portugueza em Analogia com as Linguas de que Toma Origem, principalmente Latina e Grega* (Lisboa 1827), continuará a fazer eco do recurso ao castelhano (“deducção do Hespanhol”), contudo, já não com a mesma sistematicidade que em autores anteriores, não contemplando sequer todas as terminações de plural para o referido ditongo.

Do mesmo modo fazem o Plural em –ães – os que tem deducção do Hespanhol acabados em –an – v.g.: de Capitan, Capitão, Capitãss [sic]: de Pan, Pão, Pães: de Can, Cão, Cães, [...] Outras vezes a deduzem de vocabulo Hespanhol acabado em –ano v.g.: de Ciudadano, Cidadão, Cidadãos (Arneiro 1827: 23-24).

Em *Compendio elementar da Grammatica Portugueza* (Porto 1841)⁸ de Carlos Augusto de Figueiredo Vieira, a referência ao papel do castelhano no quadro das regras de formação do plural é mais uma vez a única referência a esta língua em toda a obra.

Para remover a dificuldade que apresenta a formação do plural dos nomes acabados em *ão*, recorrem nossos grammaticos ao latim e castelhano, estabelecendo as tres seguintes regras:

1.^a Formam o plural em *ões* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos castelhanos terminados em *on* no singular, e *ones* no plural, ou de latinos em *o* no nominativo, *onem* no accusativo, e *one* no ablativo: ex. *sermão*, *sermões*; *oração*, *orações*.

2.^a Formam o plural em *ãos* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos latinos terminados em *anus*, ou de castelhanos findos em *ano* no singular, e *anos* no plural: por exemplo: *mão* tem o plural em *ãos* por se derivar da palavra latina *manus*, e tambem no castelhano ter o vocabulo *mano* o plural em *anos*.

3.^a Formam o plural em *ães* os nomes acabados em *ão*, e que se derivam de substantivos castelhanos terminados em *an* no singular, e *anes* no plural, ou latinos em *nis* em o nominativo, *nem* no accusativo, e *ne* no ablativo. sirva d’ exemplo a palavra *pão*, derivada de *panis*, e cujo plural é, segundo a regra, *pães*.

Taes são as regras de Barreto, Madureira, e Constancio; como porém muitos se não poderão utilizar dellas por ignorarem aquelles idiomas, propomos nós a seguinte, que redigimos á vista da grammatica de Moraes.

Os nomes acabados em *ão* fazem, pela maior parte, o plural em *ões*: por exemplo: *sermão*, *sermões*.

⁸ Para este trabalho, contudo, não foi possível aceder a uma edição anterior à sexta, datada de 1854.

Exceptuam-se em primeiro lugar – por terem o plural em *ãos* – os nomes seguintes: *accordão, chão, christão, coimbrão, comarcão, grão, irmão, lodão, mão, orphão, orgão, oregão, pagão, rabão, são, sotão, soldão, temporão, vão, zangão* e também *alão, aldeão, anão, ancião, benção, castellão, cidadão, cortezão, villão*, aos quaes todavia alguns dão o plural em *ões*.

Exceptuam-se em segundo lugar *alemão, cão, capellão, catalão, deão, ermitão, escrivão, guardião, massapão, pão, sacristão. tabellião*, que tem o plural em *ães* (Vieira 1854 [1841]: 12, n. 4).

O autor sublinha o peso desta estratégia na tradição precedente, tal como acontece também com o recurso ao modelo latino (“nossos grammaticos”) concretizando alguns nomes (“Barreto, Madureira, e Constancio”), mas fá-lo de forma crítica, alinhando explicitamente com António de Moraes Silva noutra estratégia (aprendizagem da regra geral e de uma lista de exceções), argumentando que o desconhecimento do latim e do castelhano pode constituir um obstáculo. Cabe observar que essa argumentação no se encontrou, contudo, em António de Moraes Silva, mas sim em Jerónimo Soares Barbosa numa passagem já aqui transcrita (Barbosa 2013 [1822]: 363-364 [135-136]).

Finalmente, Francisco Andrade Júnior, em *Principios de Grammatica Portugueza* (Funchal 1844), também na única referência ao castelhano em toda a obra, retoma esta estratégia, aparentemente a partir da proposta de Duarte Nunes de Leão, que o autor apresenta em nota.

[...] Duarte Nunes de Leão, na sua “Orthographia da lingua protugueza [sic]”, no artigo que tracta dos diphtongos, serve-se de outro meio: compara os nomes portuguezes que terminão em *ão* com os seus correspondentes na lingua hispanhola; e d’ahi deduz para a formação dos pluraes de taes nomes as regras seguintes:

1.^a Os nomes portuguezes que terminão em *ão*, tendo no hispanhol a terminação *an*, formão o plural em *ães*, porque o plural hispanhol é *anes*: vg. “*Capitão, gavião, alemão* fazem no plural *capitães gaviães, alemães*, porque os seus correspondentes hispanhoes *capitan, gavilan, aleman*, formão [sic] o plural *capitanes, gavilanes, alemanes*.”

2.^a Sendo a terminativa *ão* correspondente da hispanhola *ano*, cujo plural é *anos*, a terminação plural portugueza será *ãos*: vg. “*Cidadão, aldeão, villão*, que em hispanhol são *ciudadano, aldeano, villano* com os pluraes *ciudadanos, aldeanos, villanos*, fazem no plural *cidadãos, aldeãos, villãos*.”

3.^a Se porem a terminativa *ão* é correspondente da hispanhola *on*, que faz no plural *ones*, o plural portuguez será *ões*: vg. “*Sermão, opinião, coração* formão o plural *sermões, opiniões, corações*, porque seus correspondentes hispanhoes *sermon, opinion, coraçon* têm por plural *sermones, opinionones, coraçones* (Andrade Júnior 1844: 53; 53-54, n.b).

Contudo, o que se pode observar no corpo do texto, na proposta de Andrade Júnior é que não há, de facto, coincidência com a proposta de Leão,

já que substitui o castelhano pelo latim como referência didáctica para a consolidação das regras de formação do plural.

3. NOTAS CONCLUSIVAS

Considerados os dados expostos ao longo deste trabalho, podemos agora retirar algumas conclusões sobre a forma como a estratégia de recurso ao castelhano foi evoluindo até meados do século XIX, tanto quantitativa, como qualitativamente, e sobre como se distribui quer por época, quer por tipologia textual.

	Gramáticas		Ortografias		Total
	Autores	Total	Autores	Total	
Século XVI	-----	0	Leão (1576: 30r-30v)	1	1
Século XVII	-----	0	Vera (1631: 25v-26r) Barreto (1671: 100; 104-105; 192)	2	2
Século XVIII	Bacelar (1783: 27, n a) Casimiro (1792: 11, n. (d)).	2	Feijó (1734: 117-118) Carmelo (1767: 18; 19-20) Cunha (1769: 16)	3	5
Século XIX (até 1848)	Barbosa (1822: 363-364 [135-136].) Arneiro (1827: 23-24) Vieira (1854 [1841]: 12, n. 4). Andrade Júnior, 1844, pp. 53; 53-54, n.b).	4	Sousa (1807: 50, n. 93) Silva (1834: 122)	2	4
Total		6		8	14

TABELA 1: textos com referências ao castelhano no âmbito das regras de formação do plural de palavras terminadas em ditongo nasal.

A tabela 1 oferece uma visão panorâmica da presença desta estratégia e parece conduzir-nos a concluir que, até ao século XIX, se regista um aumento global dessas referências. Contudo, na verdade, considerando a proporção entre o número de textos identificados e o conjunto global da produção metalinguística com menções ao castelhano (sobre esta matéria ou

outras) impressa em cada período⁹, é nos séculos XVI e XVII que a alusão à estratégia em estudo se encontra mais generalizada.

No que concerne à distribuição por tipologias, globalmente, o número de textos ortográficos aqui analisados é superior ao total de textos gramaticográficos. Mais em detalhe, convém notar que, até ao século XVIII, apenas há informação a este respeito nos tratados ortográficos e é só no século XIX que a distribuição por tipologias se inverte, remetendo as regras de formação do plural para o âmbito do tratamento da morfologia, como seria expectável. Assim, também neste plano, há que destacar a importância da questão nos tratados ortográficos dos séculos XVI e XVII.

O facto de se observar um predomínio dos dados sobre esta matéria nesta tipologia e nesta época parece reforçar o que Sousa (2004: 317), na linha de Buescu (1983: 215-236) e Vázquez Corredoria (1998: 33), afirma sobre o relevo da ortografia nas relações linguísticas ibéricas durante esse período: “a escrita portuguesa mostrará, ao longo do período do prestígio literário (e social) do castelhano, uma relação forte com o parâmetro da escrita espanhola”. Muito particularmente, tais resultados parecem reforçar o que a autora afirma, numa passagem já citada no início deste trabalho, sobre o relevo do debate ortográfico em torno do ditongo nasal, pelo que o referido ditongo representa enquanto “característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico” (Sousa 2004: 312).

Mas, no quadro da análise da estratégia de recurso contrastivo ao espanhol como suporte para interiorização das regras do plural, torna-se difícil separar a nota de diferenciação da nota de identificação, pois, se, por um lado, se colocam em evidência resultados divergentes, por outro, regista-se a alusão, ou mesmo fica implícito, que se trata de resultados de um processo histórico de evolução a partir de uma origem *comum* – o latim –, como se presente com mais clareza em Carmelo (1767, p. 19-20) e, sobretudo, em Casimiro (1792: 11, n. (d)) e Coutinho (1824 [1811?]: 16, n. 8).

É, portanto, difícil separar a apreciação e posicionamento assumidos a respeito da relação com o castelhano nestas passagens, mas no que toca ao que é de facto o objeto central deste estudo – a estratégia em si – a situação é mais clara. Na tabela n.º 2, recolhem-se as posições dos diferentes autores que a referem:

⁹ De acordo com os dados recolhidos em Duarte (2017), os totais são os seguintes:

	Gramáticas	Ortografias	Total
séc. XVI	1	1	2
séc. XVII	0	3	3
séc. XVIII	5	7	12
séc. XIX	11	6	17

	Gramáticas		Ortografias	
	Recomenda ou admite em paralelo a outras soluções	Não recomenda de todo	Recomenda ou admite em paralelo a outras soluções	Não recomenda de todo
Século XVI	-----	-----	Leão (1576)	-----
Século XVII	-----	-----	Vera (1631) Barreto (1671)	-----
Século XVIII	Casimiro (1792).	Bacelar (1783)	Feijó (1734) Carmelo (1767)	Cunha (1769)
Século XIX (até 1848)	Barbosa (1822) Coutinho (1824 [1811?]) Arneiro (1827) Vieira (1854 [1841]) Andrade Júnior (1844)	-----	Sousa (1807) Silva (1834)	-----
Total	5	1	7	1

TABELA 2: posicionamento relativamente à estratégia de comparação com o castelhano.

Como se observa na referida tabela, apenas dois dos catorze autores aqui recolhidos não admitem, como estratégia possível, o paralelismo contrastivo com o paradigma das regras de plural em castelhano, sendo que fica, portanto, comprovado o elevado enraizamento desta estratégia na tradição portuguesa e também que tal acontece de forma equilibrada nas duas tipologias.

Nos casos em que tal recurso é rejeitado ou em que se admitem simultaneamente alternativas estratégicas com a mesma finalidade didática, as soluções apresentadas são as seguintes:

Alternativas	Gramáticas	Ortografias	Total autores
Memorização da regra geral + lista de exceções	Bacelar (1783) Barbosa (1822) Vieira (1854[1841])	Carmelo (1767) Silva (1834)	5
“Lição dos livros”	-----	Feijó (1734)	1
Modelo latino	Andrade Júnior (1844)	Carmelo (1767)	2
Uso	-----	Cunha (1769)	1
Total autores	4	4	

TABELA 3: alternativas ao modelo castelhano

Da tabela anterior, para além de as alternativas se distribuírem de forma equilibrada pelas diferentes tipologias, concluímos que é de longe a predominante é a memorização da regras e das suas exceções, logo seguida pelo recurso ao modelo latino para as regras do plural. Concluímos ainda que, não obstante uma ou outra alusão à indisposição para assumir o castelhano como referência, o obstáculo de maior peso na rejeição da proposta tradicional é o desconhecimento da língua, o que é coerente com o facto de os textos acima identificados, na tabela n.º 3, serem textos publicados a partir do século XVIII, momento em que, como já foi referido, se observa uma mudança no estatuto sociolinguístico do castelhano em Portugal e, consequentemente, uma mudança na situação de contacto com a língua e no conhecimento da mesma.

No termo deste trabalho, resta apenas sublinhar que o estudo da formação do plural em palavras terminadas em ditongo nasal, demonstrou, na esteira das conclusões retiradas num âmbito mais alargado em Duarte (2017), que o papel do castelhano na tradição metalinguística portuguesa não é de forma alguma inócuo. Pelo contrário, ele denuncia um quadro de relacionamento linguístico complexo e que, não obstante a sua evolução e atenuação ao longo do tempo, deixou marcas duradouras no processo de gramatização do português.

REFERÊNCIAS

Andrade Júnior, F. de. 1844. *Principios de Grammatica Portugueza*, coordenados por Francisco de Andrade Junior. Funchal: na Typographia Nacional.

Arneiro, J. Lopes. 1827. *Grammatica Portugueza em Analogia com as Linguas de que Toma Origem, principalmente Latina e Grega*. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão.

Bacelar, B. de Lima e Melo (=Bernardo de Jesus Maria). 1783. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Offic. de Simão Tadeu Ferreira.

Barbosa, J. Soares. 1822. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: na Typographia da Academia das Sciencias.

Barreto, J. Franco. 1671. *Ortografia da Lingua Portugueza*. Lisboa: na officina de Joam da Costa.

Buescu, M.^a L. C. 1983. *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Carmelo, L. do Monte. 1767. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portugueza: accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos, das Frases, e Dicçoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se-devem introduzir em Discursos graves, ou sérios; e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes se devem corrigir ou evitar.* Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

Casimiro, J. J. 1792. *Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza.* Porto: na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.

Coutinho, L. Gonçalves. 1824[1811?]. *Resumo de Grammatica e Orthographia da Lingua Portugueza.* Lisboa: na Imp. da Rua dos Fanqueiros.

Daniel, Domingos Dionísio Duarte (= João Pinheiro Freire da Cunha). 1769. *Breve Tratado da Orthographia para os que não frequentáraõ os estudos. Ou diálogos sobre as mais principaes regras da Orthographia uteis para povo menos instruido, e para os que não tendo frequentado as Aulas se achão hoje empregados nos escritorios publicos, e desejaõ acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes saõ faceis comprehender; e muito mais proveitozos aos meninos, que frequentaõ as escólas.* Lisboa: na Officina de José da Silva Nazareth.

Dias, A. C. 2012. *Entre Nós I. Método de Português para Hispanofalantes.* Lidel.

Duarte, S. 2015a. “A percepção do castelhano no *Antidoto da Língua Portugueza* [1710] de António de Melo da Fonseca”. *Revue ReCHERches, Culture et Histoire dans l’espace romains*. 14: 153-173.

Duarte, S. 2015b. “O Galego nos textos metalinguísticos portugueses (sécs. XVI-XIX)”. *Revista Galega de Filoloxia*. 16: 75-105.

Duarte, S. 2016. “El castellano en portugués (siglos XVI-XIX): una mirada a la gramaticografía y ortografía portuguesas desde el marco teórico de la cuestión de la lengua en Portugal”. In: A. Salvador Plans; C. Galán Rodríguez Ponce; F. Jiménez Calderón; E. Fernández de Molina; A. Sánchez Rufat (eds.). *La Historiografía Lingüística como paradigma de investigación*, Madrid: Visor Libros, 301-327.

Duarte, S. 2017. *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramáticas y ortografías (siglos XVI - XIX)*. Tesis doctoral.

Departamento de Filologia Hispánica y Clásica. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de León.

Feijó, J. de Morais Madureira. 1734. *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues.

Fonseca, A. de Mello da (=José de Macedo), [1710]. *Antidoto da Língua Portuguesa*. Amsterdam: em casa de Miguel Diaz, impressor e mercader de libros.

Gonçalves, M.^a F. 2003. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1794-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Gonçalves, M.^a F. 2010. “Contrastes gramaticales entre el portugués y el español: A Comparative view of the Spanish and Portuguese languages (1831)”. In: C. Assunção; G. Fernandes, M. Loureiro (eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a XIX)*. I, Münster: Nodus Publikationen, 339-350.

Kemmler, R. 2001. “Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”. *Lusorama*. 47-48: 128-319.

Kemmler, R.. 2007. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes. Vida, Obras e Actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.

Leão, D. Nunes de. 1576. *Orthographia da lingoa portuguesa*. Lisboa: per João de Barreira.

Nebrija, A. de. 2011[1492]. *Gramática sobre la lengua castellana*. Edición estudio y notas de Carmen Lozano. Barcelona: Real Academia Española; Círculo de Lectores; Galaxia Gutenberg.

Pereira, B. 1666. *Regras Gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portuguesa*. Lisboa: por Domingos Carneyro.

Silva, J. J. Ventura da. 1834. *Orthographia da Língua Portuguesa, reduzia a regras geraes e especiaes, etc. com um appendice, e um novo methodo de ensinar e aprender a ler o portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sousa, J. J. Caetano Pereira e. 1807. *Noções sobre a Orthografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: na Typografia Lacerdina.

Sousa, M.^a C. P. de. 2004. *Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600*. Tese de doutoramento. Departamento de Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas.

Stegagno-Picchio, L. (ed.). 1959. “La questione della lingua in Portogallo”. In: *João de Barros. Diálogo em louvor da nossa Linguagem*. Modena: Soc. Tipográfica Modonese.

Vázquez Corredoira, F. 1998. *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano – o galego como exemplo a contrario*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.

Venâncio, F. (2011). “O Indesejado ditongo -ão”. *Grial*, 192: 88-95.

Vera, A. Ferreira de. 1631. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*. Lisboa: per Mathias Rodriguez.

Vieira, C. A. de Figueiredo. 1854[1841]. *Compendio elementar da Grammatica Portugueza*. Porto: na Typographia de Sebastião José Pereira.